

nho de 2019 e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019 resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **RAFAEL ROCHA**, matrícula nº 321.076-6, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 136/CPL/DGPC/2021. **PCSC 76333/2021.**

**VALÉRIO ALVES DE BRITO**

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 750983

**PORTARIA Nº 676/GAB/DGPC/PCSC, de 08/07/2021.**

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **SUBSTITUIR** o Delegado de Polícia Civil de Entrância Especial **Francisco Ari Plantes dos Anjos**, matrícula 187.892-1, Vogal da Comissão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 22/2020**, mandado instaurar pela Portaria nº 855/GAB/DGPC/PCSC, de 21/09/2020, pela Agente de Polícia Civil de Classe VIII **Marcia Rejane Hendges**, matrícula nº 262.683-7.

**Paulo Norberto Kerich**

Delegado-Geral da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 751053

**PORTARIA Nº 619/PCSC/DGPC/CORPC, de 22/06/2021.**

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 24/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 226.306-8, mandada instaurar pela Portaria nº 223/PCSC/DGPC/CORPC, de 10/03/2021, publicada no D.O.E. nº 21.515, de 06/05/2021, com efeitos a contar do dia 09/07/2021.

**Maria Caroline Milani Caldas Sartor**

Corregedora-Geral da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 747575

**PORTARIA Nº 641/PCSC/DGPC/CORPC, de 25/06/2021.**

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 07/2020**, na qual são sindicados os servidores de matrículas nº 658.508-6 e 655.739-2, mandada instaurar pela Portaria nº 128/PCSC/DGPC/CORPC, de 12/02/2020, publicada no D.O.E. nº 21.248, de 15/04/2020, com efeitos a contar do dia 09/07/2021.

**Maria Carolina Milani Caldas Sartor**

Corregedora-Geral da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 748304

**PORTARIA Nº 141/DIAF/DGPC/PCSC, de 07/07/2021**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09.04.2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019 resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **ANDERSON DA SILVA GRANEMANN DIAS**, matrícula nº 992248-2-01, para atuar na fiscalização dos Contratos nºs 118, 119 e 122/CPL/DGPC/2020. **PCSC 102486/2020.**

**VALÉRIO ALVES DE BRITO**

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 750894

**PORTARIA Nº 142/DIAF/DGPC/PCSC, de 07/07/2021**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09.04.2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019 resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **MARLON MACHADO**, matrícula nº 200.153-5, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 139/CPL/DGPC/2021. **PCSC 74849/2021.**

**VALÉRIO ALVES DE BRITO**

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 750899

**POLÍCIA CIVIL**

**EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão Sancionador: Polícia Civil/Fundo de Melhoria da Polícia Civil – Unidade 16084; CNPJ nº 07.188.579/0001-07. Empresa Sancionada: **GRANMEYER MOVEIS E EQ. P/ ESCRITÓRIO LTDA**, CNPJ/MF 21.711.606/0001-05. AF nº 214/SECOM/2020. **Decisão: Pela APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA** com fundamento nos artigos 87, I da Lei nº 8.666/93, art.s 108, I e 109, do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Autorização de Fornecimento nº 214/SECOM/2020 e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda. **PCSC 59798/2020.**

**Cod. Mat.: 750928**

**RESOLUÇÃO Nº 017/GAB/DGPC/PCSC/2021.**

Ratifica atos normativos editados pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONCPD.

O **DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL** do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina; o art. 23 da Lei Complementar nº 55, de 29 de maio de 1992, que estabelece a regulamentação interna por meio de resoluções, **CONSIDERANDO** a missão do CONCPD de promover a padronização de procedimentos e multiplicação de boas práticas, objetivando a excelência dos trabalhos desenvolvidos pelas polícias civis dos Estados e do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 18.087, de 28 de janeiro de 2021, que “Dispõe sobre a participação e representação da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina no Conselho Nacional dos Chefes de Polícia (CONCPD)”; **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam ratificadas as seguintes resoluções editadas pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONCPD:

I – Resolução nº 03/2020 – CONCPD, de 28 de maio de 2020, que “Estabelece o Protocolo Nacional Integrado para Investigação Criminal das Mortes Violentas de Mulheres com Perspectiva de Gênero (Feminicídios)”, constante do Anexo I desta Resolução; II – Resolução nº 04/2020 – CONCPD, de 28 de maio de 2020, que “Dispõe sobre a divulgação pública das ocorrências envolvendo violência doméstica e familiar contra mulher a ser observada pelas Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal”, constante do Anexo II desta Resolução;

III - Resolução nº 05/2020 – CONCPD, de 28 de maio de 2020, que “Dispõe sobre a inserção de campo específico nas ocorrências policiais que restringem a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e sobre o agravamento dessa condição em razão do fato criminal”, constante do Anexo III desta Resolução; e IV - Resolução nº 06/2020 – CONCPD, de 28 de maio de 2020, que “Dispõe sobre a utilização de Protocolo Único de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”, constante do Anexo IV desta Resolução.

Parágrafo único. Os atos normativos do CONCPD mencionados nos incisos deste artigo e constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Resolução passam a ter força normativa no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina 30 (trinta) dias após a entrada em vigor desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 06 de julho de 2021.

**PAULO NORBERTO KERICH**

**Delegado- Geral da Polícia Civil**

**ANEXO I**

**CONSELHO NACIONAL DOS CHEFES DE POLÍCIA CIVIL - CONCPD**

**RESOLUÇÃO Nº 03/2020 - CONCPD**  
Estabelece o Protocolo Nacional Integrado para Investigação Criminal das Mortes Violentas de Mulheres com Perspectiva de Gênero (Feminicídios).

O **CONSELHO NACIONAL DOS CHEFES DE POLÍCIA CIVIL - CONCPD**, no uso das competências previstas no art. 1º, incisos I, II e IV, do seu Estatuto e,

Considerando que o feminicídio é a máxima representação da violência contra mulher, se consubstanciando como o homicídio praticado em um contexto de violência doméstica e familiar e/ou com menosprezo ou discriminação à condição de mulher, nos termos definidos no § 2º-A do art. 121 do Código Penal;

Considerando que a Lei nº 10.104, de 9 de março de 2015, criou a figura típica do feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, conforme disposto no artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, o qual também passou a ser previsto como crime hediondo no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; Considerando que o feminicídio também é definido pelas características relacionadas aos contextos em que ocorrem, envolvendo as circunstâncias e as formas de violência empregadas, sendo que os contextos envolvem o ambiente privado e se referem à violência doméstica e familiar, conforme definidos na Lei nº 11.340/2006, mas não se restringem a esses espaços, podendo ocorrer também nos espaços públicos, inclusive em áreas dominadas pelo crime organizado (narcotráfico, quadrilhas ou máfias), desde que com menosprezo à condição de mulher;

Considerando que os crimes relacionados à morte violenta de mulher devem ser considerados na sua forma tentada ou consumada, sempre que tenham sido praticados por pessoas com as quais as vítimas mantinham ou tenham mantido vínculos de qualquer natureza (íntimas de afeto, familiar, amizade) ou qualquer forma de relação comunitária ou profissional (relações de trabalho, nos espaços escolares, de lazer etc.) ou por pessoas desconhecidas pela vítima;

Considerando que as circunstâncias do feminicídio incluem a violência nas relações familiares e também aquelas situações de maior vulnerabilidade como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e a presença do crime organizado;

Considerando que as formas de violência contra a mulher geralmente envolvem a imposição de um sofrimento adicional às vítimas, tais como a violência sexual, o cárcere privado, o emprego de tortura, o uso de meio cruel ou degradante, a mutilação ou desfiguração das partes do corpo associadas à feminilidade e ao feminino (rostos,

seios, ventre, órgãos sexuais);

Considerando a importância de uma atuação diligente desde o registro da ocorrência até a conclusão da investigação, sempre orientada ao combate (enfrentamento) da impunidade destes crimes; Considerando que a propositura de um modelo metodológico padronizado tem o escopo de modernizar e qualificar o trabalho policial, o que irá se revelar tanto na responsabilização do autor do fato típico, afastando a impunidade e subsidiando a visibilidade do substrato desse crime de ódio, como contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento dessa espécie de crime que reflete uma cultura machista e histórica de violência contra a mulher;

Considerando que a necessidade de se promover uma investigação pautada em razões de gênero significa abster-se de estereótipos e preconceitos discriminatórios, a fim de identificar os elementos associados à motivação criminosa que faz com que o agressor ataque uma mulher por considerar que sua conduta se afasta dos papéis estabelecidos como “adequados ou normais” pelas referências culturais existentes, a demonstrar relações de poder assimétricas e geradoras de discriminação e violência em desfavor da mulher; Considerando a necessidade de um protocolo pautado nas “Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas das mulheres” — documento lançado pelo Governo Brasileiro e a ONU Mulheres, em 08/04/2016, que busca incorporar a perspectiva de gênero no atendimento e investigação das mortes violentas de mulheres (feminicídios) e tem como finalidade a padronização de diligências, ferramentas e linhas de atuação, aperfeiçoando, por conseguinte, a resposta institucional a esse delito — em conformidade com as obrigações nacionais e internacionais assumidas pelo Estado Brasileiro;

Considerando que, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, por intermédio da Norma de Serviço nº. 004, de 08 de março de 2017, foi adotado Protocolo de Investigação de Feminicídios, com objetivo padronizar o procedimento de investigação nos casos de morte violenta de mulher, o qual vem sendo adotado desde então, produzindo efeitos extremamente positivos na elucidação de crimes e recebendo reconhecimento de atores externos como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

Considerando que foi implementado no âmbito do CONCPD o Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que teve seu Iº Encontro nos dias 30 e 31 de outubro de 2019, em Brasília/DF, ocasião em que foram discutidas e aprovadas minutas de resoluções relacionadas à temática do enfrentamento à violência contra a mulher pelas Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando a missão do CONCPD de promover a padronização de procedimentos e multiplicação de boas práticas, na busca da excelência dos trabalhos desenvolvidos pelas polícias civis dos Estados e do Distrito Federal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer Protocolo Nacional Integrado para Investigação Criminal das Mortes Violentas de Mulheres com Perspectiva de Gênero (Feminicídios) para aplicação em situações de mortes violentas de mulheres, consumadas e tentadas, incluindo casos de suicídios, mortes aparentemente acidentais, desaparecimento de mulher e aborto sem o consentimento da gestante (feminicídio reprodutivo, com ou sem resultado de lesão corporal de natureza grave ou morte), devendo ser adotados os procedimentos operacionais conforme segue.

**PROCEDIMENTOS PARA INVESTIGAÇÃO DO FEMINICÍDIO**

**DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS**

Do registro do Boletim de Ocorrência  
Art. 2º O Boletim de Ocorrência deverá ser confeccionado da seguinte forma:

I.A natureza da ocorrência policial deverá, sempre que possível, identificar com precisão os fatos. Havendo quaisquer indícios de que a morte tenha ocorrido em um contexto de violência doméstica e familiar ou com discriminação à condição de mulher, a ocorrência policial deverá ser registrada como “FEMINICÍDIO” ou retificada a qualquer tempo pelo Delegado de Polícia, se identificada a referida qualificadora;

II.Assinalar o máximo de informações possíveis quanto ao “tipo de local”, bem como os objetos e o meio empregado no feminicídio; III.Consignar o maior número possível de informações sobre a vítima, o possível autor e eventuais testemunhas, em especial endereço, telefones, WhatsApp, documentos e e-mail;

IV.Identificar o local de trabalho de todas as partes envolvidas, bem como os telefones de contato, tanto o residencial quanto o comercial e contatos alternativos (familiar, amigos);

V.Relacionar eventuais veículos, armas e objetos envolvidos no fato;

VI.Indicar, no histórico do boletim de ocorrência:

a)Quais as relações interpessoais, profissionais ou estrutura do núcleo familiar o possível autor ou principal suspeito está inserido (pai, irmão, tio, cunhado, irmã, genitor, amigo, patrão, vizinho). b)Informar, sempre que possível, o tipo de relacionamento existente entre o possível autor com a vítima, bem como o tempo de duração (namoro, união estável, casamento).

c)Relacionar o número de filhos em comum entre a vítima e possível autor e de outros relacionamentos, consignando seus nomes e respectivas idades.

d)Esclarecer se o casal (quando for o caso) está residindo sob o